

DESIGN E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM PANORAMA NACIONAL PARA A INSERÇÃO DO DESIGN NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Maria Teresa Lopes, Mestre – UFPE – teresa.designer@gmail.com
Solange Galvão Coutinho, Ph.D – UFPE - solangecoutinho@globocom.com

Resumo

O conteúdo deste artigo consiste no mapeamento dos programas do governo brasileiro, relativos à educação, especificamente aqueles que se destinam a atuação e formação de professores. A base para nossa discussão são os programas alinhados ao Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, e cujo foco concentra na preocupação com o papel do professor dentro e fora da sala de aula. Identificamos que nestes programas, as suas ações articuladas formam um panorama, do ponto de vista das políticas públicas, que favorece a inserção do design na escola brasileira, o que permite ações concretas situadas na zona híbrida entre os conteúdos de design e de educação.

Abstract

This article examines the educational programmes brought in by the Brazilian Government, specifically those that deal with both the tasks performed by teachers and their training. The discussion herein is based on government programmes linked to the Plan for Developing Education – PDE, and focuses specifically on matters related to the role of the teacher both inside and outside the classroom. From a public policy viewpoint, this work identifies that the actions highlighted within these programmes form a panorama, which favours the inclusion of design in Brazilian schools, and that allows for a set of specific ‘hybrid’ actions to be inserted within the contents of design and education.

1. Introdução

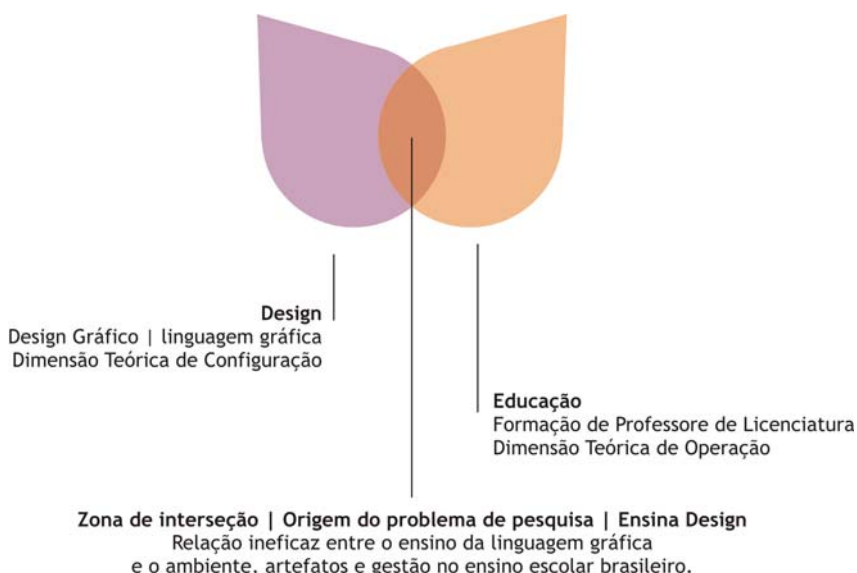
Este artigo consiste na apresentação de um recorte no campo de pesquisa do projeto *Ensina Design: a introdução de conteúdos de Design Gráfico no ensino fundamental Brasileiro*, do qual vários pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco fazem parte, e cujas ações são coordenadas pela Professora Solange Coutinho.

Nosso foco em design consiste no universo do design da informação, cuja definição adotada esta de acordo com aquela proposta pelo grupo de pesquisa em

Design da Informação da UFPE, o qual define que: é a área do design que estuda os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos dos sistemas de informação. Observando a contextualização, planejamento e produção de interfaces gráficas da informação, assim como a aquisição da informação por seu público-alvo.

Devemos evidenciar também que este projeto, do ponto de vista teórico e epistemológico situa-se na zona híbrida existente entre os campos do design e da educação, sobretudo os conteúdos relativos ao uso, em sala de aula, da Linguagem Gráfica (LG), como podemos observar no esquema abaixo (figura 1):

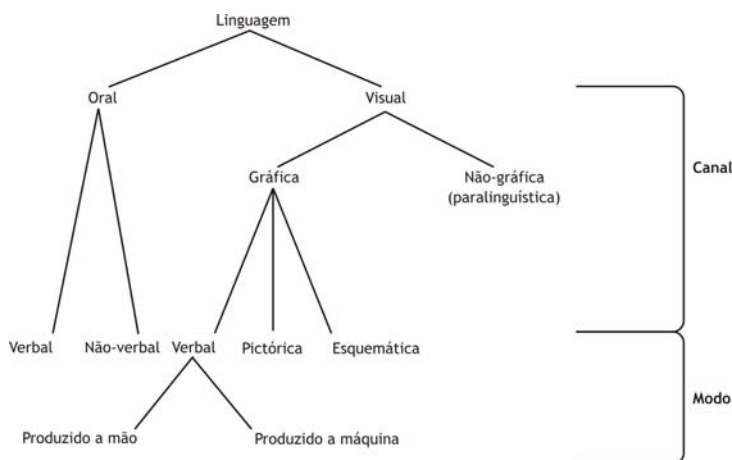
Figura 1 – Zona de Interseção Design e Educação



Para a definição de Linguagem Gráfica, assim como Coutinho & Freire (2007), adotamos os conceitos propostos por Twyman (1979:118) estabelecendo “como ‘gráfico’ aquilo que é desenhado ou feito visível em resposta a decisões conscientes e ‘linguagem’ como o veículo de comunicação”.

Para melhor evidenciar o que definimos como Linguagem Gráfica, Twyman (1985) organiza a linguagem em seu esquema descritivo do ponto de vista da lingüística e do design gráfico, para entendermos como ela se estrutura apresentado, como pode ser observado na Figura 2.

Figura 2 - Definição de Linguagem Gráfica



Introduzidos os conceitos básicos, devemos nos ater ao fato de que as considerações aqui apresentadas são fruto da pesquisa intitulada: *a linguagem gráfica na educação brasileira: um estudo para a sua inserção na formação dos professores das licenciaturas*, que tratou do trinômio, design, educação e professores de licenciatura, considerando a linguagem gráfica como o elo das ações e agente de contribuição para o desenvolvimento dos papéis sociais desenvolvidos pela relação desta tricotomia.

Esta pesquisa ainda se propôs a investigar a educação brasileira, do ponto de vista da legislação e filosofia que a norteia, por meio do olhar de designers, para assim entender como se configura a Linguagem Gráfica no contexto escolar, tão amplamente regido pela linguagem verbal.

Entretanto, o recorte que fizemos para compreender as discussões aqui apresentadas, foca nas políticas públicas brasileiras para a educação e nas suas ações já existentes, e cujo resultado nos traz o fato de que já nos é possível vislumbrar um horizonte favorável no que se refere à inserção do design na formação de não especialistas na área, como é o caso dos professores.

Este estudo ainda nos favorece para o entendimento acerca das Leis de Diretrizes de Bases da Educação (LDBEN), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, apontando para um

panorama que oscila entre a dureza e as raízes modernas da LDBEN, passando pela aceitação massificada dos PCN's e culminando numa maior aceitação e maleabilidade das Diretrizes Curriculares frente à realidade contemporânea.

Entretanto, a contextualização desta estrutura legal, não vislumbra um horizonte favorável, no que tange sua filosofia, cuja raiz encontra-se ainda fincada no pensamento moderno e na fragilidade do modelo educacional focado prioritariamente para o trabalho, contrariamente da realidade mapeada pelos projetos oriundos do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, como será analisado a seguir.

Contudo, devemos destacar que no caso das Diretrizes Curriculares, podemos observar um campo promissor a ações neste sentido, por se tratar de uma legislação mais recente (2002), que, por exemplo, já incorpora as Tecnologias da Informação e do Conhecimento (TIC), entre outros conteúdos, às necessidades de formação dos professores, possibilitando um alinhamento social mais correlato aos padrões e *zeitgeist* contemporâneo.

Como base para nossos argumentos, apresentamos um elenco de seis projetos, todos do governo federal brasileiro, que estruturam a ação política na área da educação. Sendo eles: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), contudo, dada a sua extensão, optamos pelo seguinte recorte: a) Consolidação das Licenciaturas – Prodocência; b) Bolsa Institucional de Iniciação à Docência – Pibid; c) Propostas para os Conteúdos Educacionais; d) Inclusão Digital; e) Guia de Tecnologias e, f) Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) para formação de professores.

Por fim, é importante frisarmos que a escolha destes programas se deu por se tratarem de ações do PDE, que focam no professor, tanto do ponto de vista da sua formação profissional como também da sua relação social com a educação – já tentando incorporar ao seu papel a questão que as linguagens assumem na contemporaneidade, ou seja, de um suporte, cada vez mais freqüentes, à ação de educar.

2. O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDEⁱ

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal, elaborado e posto em prática pelo Ministério da Educação visa garantir uma educação básica de qualidade para o povo brasileiro, por entender que investir neste tipo de educação significa, investir na educação profissional e na educação superior porque elas estão ligadas, direta ou indiretamente.

Este plano, em sua totalidade trabalha, com 36 projetos que visam atuar no contexto da educação, para garantir sua melhoria incluindo metas de qualidade, que colaboram para que as escolas e secretarias de educação se organizem no atendimento aos alunos, no envolvimento da família, propondo o nivelamento salarial do professor e outras estruturas de apoio à profissão.

Atentemos para o seguinte trecho extraído do sítio do programa:

Na educação profissional, a principal iniciativa do plano é a criação dos institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica, destinados a funcionar como centros de excelência na formação de profissionais para as mais diversas áreas da economia **e de professores para a escola pública**. Os institutos serão instalados em cidades de referência regional, de maneira a contribuir para o desenvolvimento das comunidades próximas e a combater o problema da falta de professores em disciplinas como física, química e biologia. (grifo nosso).

De maneira a contextualizar o que acabamos de ler, segue trecho extraído do sítio da UFPE:

O Centro Acadêmico do Agreste (CAA), instalado no município de Caruaru, iniciou o processo de interiorização da UFPE, em março de 2006. Oferece cinco cursos de graduação: Engenharia Civil, Design (voltado para moda, gráfico e produto), Economia, Administração, Pedagogia. **Em 2009, passam a funcionar também os cursos de Licenciatura em Química, Física e Matemática** e Engenharia de Produção. (sítio: <http://www.ufpe.br/new/centros/caruaru.htm>, grifo nosso).

Este texto apresenta o Centro Acadêmico do Agreste (CAA), no sítio da Universidade Federal de Pernambuco, como é possível observar, neste ano

ofertará a primeira turma para os cursos de Licenciatura em Química, Física e Matemática. Mesmo não se tratando de um Instituto Federal (IF), a UFPE responde à demanda do PDE, em consequência para Pernambuco, nas ações referentes à educação superior, e principalmente em relação às licenciaturas.

Fazemos tais considerações visto que esta informação denota o alinhamento da UFPE e o Campus Acadêmico do Agreste com o Decreto nº 6.096ⁱⁱ, de 24 de abril de 2007 que institui o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, quando aumenta o número de vagas ofertadas para acesso a educação superior.

A discussão acerca do PDE é extensa, apenas apontamos a informação acima no intuito de exemplificar o alcance das ações planejadas pelo plano para a educação brasileira e a sua adesão pelas Instituições de Ensino Superior.

3. Os programas do PDE

Como já citado anteriormente, apresentamos aqui os programas e a sua análise para que assim possamos mapear como se constitui o universo da política pública para a educação brasileira.

a) O **Prodocência**ⁱⁱⁱ (Programa de Consolidação das Licenciaturas), que integra a Diretoria da Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tem como finalidade aprimorar a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas do país através da garantia de investimentos financeiros na melhoria dos cursos de licenciatura voltados para a formação de professores da educação básica.

Estes recursos são destinados a instituições de ensino superior federal ou estadual para o desenvolvimento de projetos de apoio à melhoria do ensino oferecido em cursos de licenciatura, através da seleção anual de projetos por edital público.

Este projeto nos oferece uma possibilidade de se apresentarem propostas para se trabalhar a inserção de design na formação dos professores, por exemplo,

trazendo os conteúdos já mapeados pelo *Ensina Design*, para a realidade do professor de licenciatura ainda em sua formação, e possibilitando assim discutir junto com o professor uma estrutura metodológica e prática cuja ação denote a necessidade de se estabelecer uma ordem processual de trabalho no contexto da Linguagem Gráfica escolar.

b) O **Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência^{IV}** (Pibid), também vinculado ao PDE no que se refere à ação de atender ao plano de metas **Compromisso Todos pela Educação**, que visa elevar o IDEB (índices de desenvolvimento da educação básica) nacional que hoje é de 3,8 para 6,0 até 2022.

Este programa une as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas em prol da melhoria do ensino nas escolas públicas e na prática, oferece aos alunos das licenciaturas e de pedagogia das universidades públicas bolsas (no valor de R\$ 300,00 mensais) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) para desenvolver projetos de educação dentro das escolas da rede pública.

Esta ação ainda se vincula a outro programa, o Mais Educação, e o sítio do governo nos apresenta que a sua expectativa com relação à ação prática é que:

Nas escolas, os projetos serão desenvolvidos no contraturno das aulas e devem ser dirigidos a três conjuntos de alunos: 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª do ensino fundamental e ensino médio. Por exemplo: a universidade apresenta um projeto de oficina de matemática para o ensino médio. Os alunos de todas as séries desse nível de ensino desenvolverão as atividades em conjunto.

Sobre o que levou o governo federal a desenvolver tal projeto o sítio do PDE cita que:

A expectativa do Ministério da Educação é incentivar a carreira do magistério nas áreas da educação básica com maior carência de professores e que são prioritárias para o projeto: **ciência e matemática de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, e física, química, biologia e matemática para o ensino médio** (grifo nosso).

O sítio do programa ainda informa que:

As universidades e secretarias devem apresentar a Capes projetos que reforcem e ampliem os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, direcionados especificamente a uma ou mais escolas da rede. A proposta será elaborada com a participação dos bolsistas das universidades e da direção, equipe pedagógica e professores das escolas envolvidas no projeto. **O foco são aulas inovadoras e que orientem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos** (grifo nosso).

Diante do que nos foi exposto, se focarmos no papel do design, encontramos uma ação que tanto favorece quanto justifica a inserção de conteúdos de design e da linguagem gráfica na formação do professor cujo viés comporte “aulas inovadoras e que orientem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.” O design, como campo do conhecimento, pode favorecer na construção de metodologias de ensino, como o uso da LG para a configuração de artefatos educacionais pelos professores em formação.

Ainda relacionando ao design, esse programa também favorece por dois lados: em primeiro lugar, elucida quanto à estrutura de um plano de ação interdisciplinar, já que permite o professor ainda enquanto aluno está dentro da sala de aula apoiado metodologicamente por um programa teórico e cuja didática seja uma parceria entre o design e a educação.

E em segundo lugar, porque nos oferta um campo de pesquisa cujo ensino da Linguagem Gráfica (para a configuração de artefatos educacionais) seja estruturado, mais apropriadamente, de forma que atenda as especificidades dos conteúdos de “ciência e matemática de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, e física, química, biologia e matemática para o ensino médio”.

c) **Propostas para os Conteúdos Educacionais^v** por meio de seleção pública via edital que é lançado anualmente pela Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia cujo conteúdo educacional é focado em mídias digitais, ou seja, em TIC.

O sítio do programa expõe a expectativa do governo:

As propostas podem ser apresentadas por universidades, faculdades, centros tecnológicos, centros e museus de ciências, instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), organizações não-governamentais (ONGs), fundações e centros de pesquisa e desenvolvimento sediados no Brasil, públicos ou privados, que não tenham fins lucrativos.

Observamos que este edital orienta-se para suprir a carência do governo em expertise para ações nesse perfil, que obtiveram sucesso na sociedade civil, no âmbito acadêmico e, que dessa forma engendrados, favoreçam a produção de conteúdos educacionais digitais multimídia, ofertando assim subsídio financeiro para tal.

É importante ressaltar que de acordo com a coordenadora geral da TV Escola, canal da Seed/MEC, Viviane de Paula Viana, a produção de conteúdos nos diversos suportes subsidiará a prática pedagógica para tornar o aprendizado mais rico e instigante. “A idéia é que os professores tenham à mão materiais de qualidade nas diversas mídias para utilização de acordo com o projeto político-pedagógico da escola e de seu planejamento de curso”, afirma. “Eles têm total autonomia para escolher o que e quando usar”.

Se por um lado este programa não deixa explícita a necessidade de capacitação do professor para tal, ficando subentendido, assim como deixado a cargo do conteúdo do projeto apresentado que concorre à seleção pública, ou permite a escola que escolha tais produtos. Mas será que a escola hoje já tem condições de fato para efetivar as suas escolhas em relação a este conteúdo-didático digital?

Por outro, nos oferece um horizonte promissor, pois já vislumbra um aprendizado mais “rico e instigante”, cujas palavras empolgadas nos faz supor que estejam subentendidas as Linguagens Contemporâneas que tanto despertam a atenção dos alunos fora da sala de aula. Também por propiciar mais um campo de ação interdisciplinar, visto que adota critérios tanto de experiências acadêmicas, quanto do meio social.

Existem também outros três programas: a **Inclusão digital**^{vi}, o **Guia de Tecnologias**^{vii} e o **Programa Universidade Aberta do Brasil**^{viii} (UAB), para formação de professores, mas que juntos conformam a maneira que o governo descreveu a trajetória de ação das questões relativas à inclusão digital, ao aprendizado da TIC e a estratégia para que tudo isso seja incorporado à dinâmica do professor.

Entretanto, fazemos uma ressalva com relação ao tema da Inclusão digital, visto que existem ainda outros programas como o: Computador para todos, Proinfo - Programa Nacional de Informática na Educação e o Portal da Inclusão Digital. Além de dois outros programas que não fazem parte do PDE, mas que trabalham diretamente no processo de superação da exclusão digital no âmbito da educação.

d) **O Programa de Inclusão digital** do governo objetiva a dar acesso a microcomputadores para a escola, equipando-as com estes equipamentos. Em seguida firma um acordo com os ministérios da Educação, Comunicações, Planejamento, Casa Civil e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de forma a permitir a instalação de banda larga (conexão rápida de acesso à internet) em 56.685 escolas públicas de ensino básico.

A expectativa do governo segundo o seu sítio é de que “Depois de equipar as escolas de ensino médio em 2007, o MEC quer ampliar o acesso à tecnologia nas instituições públicas de 5ª a 8ª séries e, posteriormente, 1ª a 4ª séries.”

O programa descreve uma ação que atua na criação do acesso do corpo escolar, professores, gestores e alunos aos equipamentos de microinformática e a rede mundial de computadores. Entretanto, não observamos nenhuma menção a processos que garantam a capacitação em TIC, como mediadora do processo ensino/aprendizagem, e a conseqüente incorporação aos processos pedagógicos.

É importante destacarmos que ter uma sala de aula com vários computadores e acesso a internet garante apenas uma parte do processo de inclusão digital – o acesso. Transformá-lo em conhecimento é estabelecer assim uma relação de

ensino e aprendizagem que precisa de outro tipo de política educacional, voltada para o entendimento das linguagens, e que tem que ser empregada, concomitantemente, entre aluno e professor, o que, em princípio, tenta garantir o programa **Guia de Tecnologias**.

e) O **Guia de Tecnologias** consiste na elaboração de um documento base cujo objetivo é orientar gestores na escolha de tecnologias capazes de melhorar a qualidade do ensino e do aprendizado. Segundo o governo está se propondo a abertura de editais desse tipo com a intenção de:

Ao abrir edital, o MEC analisa propostas para as áreas de ensino-aprendizagem (metodologia e avaliação referentes aos componentes curriculares; alfabetização), anos iniciais do ensino fundamental; ampliação da jornada escolar; formação continuada de professor; fluxo escolar; leitura: promoção e formação de mediadores; avaliação institucional e gestão educacional.

Este edital sinaliza as áreas de conhecimento educacional que são carentes de reforço intelectual e cujas propostas para a superação dessa carência possam abrir espaço para englobar a Linguagem Gráfica no ensino, de forma a trabalhá-la para que atue na melhoria da relação ensino/aprendizagem.

f) O **Programa Universidade Aberta do Brasil** trata do ensino a distância que formará professores da educação básica. A expectativa do governo, segundo o sítio do MEC é implantar:

Um sistema nacional de educação superior à distância com a participação de instituições públicas de educação superior e em parceria com estados e municípios. O principal objetivo da UAB é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública que ainda não tenham graduação, o que significa atender a demanda de milhares de profissionais e propiciar formação continuada a quase dois milhões.

Os três últimos programas que acabamos de expor não atingem diretamente o nosso objeto de estudo – a inserção de conteúdos de design na formação do professor, contudo, ao analisarmos suas propostas compreendemos a importância dos mesmos visto que são a resposta imediata e política para uma reorganização da sociedade causada pelos processos de globalização.

Devemos assim observar que como consequência a esse processo, é preciso capacitar também o professor para o desenvolvimento de suas competências em TIC, cujo entendimento está ligado intrinsecamente as formas de configuração gráfica e visual dos artefatos educacionais digitais.

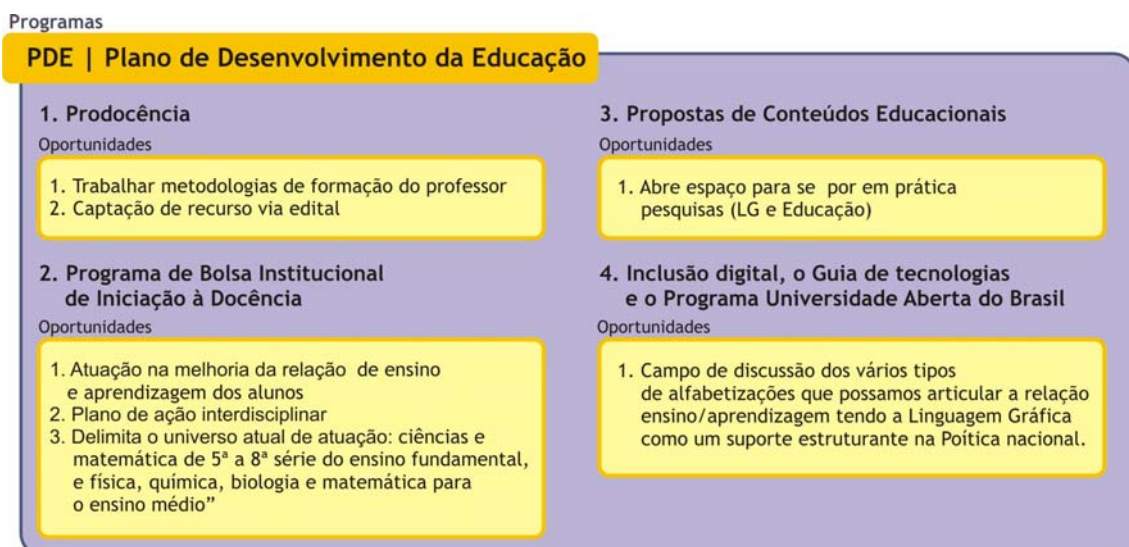
3. Considerações Finais

Neste artigo observamos, ainda de forma teórica, que do ponto de vista da política pública nacional para a educação, encontramos um panorama disponível para articularmos a relação ensino/aprendizagem tendo a Linguagem Gráfica como um suporte estruturante e o design como mediador entre o desejo (mudança de paradigma) e o construto (resultado do desejo).

Entretanto, o cenário exige um esforço classista, por parte dos designers e metodológico e epistemológico por parte dos pesquisadores, de ambas as áreas, no intuito de abraçarmos tais saberes como uma construção social e política.

Para finalizarmos, apresentamos abaixo o esquema (Figura 3) cuja representação gráfica faz referência ao resumo das ações discutidas neste artigo. Esclarecendo que o a sua inclusão não se configura em uma metodologia para ‘inserir o design na formação do professor’, mas convém como síntese das estruturas que compõem parte da política pública brasileira vigente em educação.

Figura 3 – Programas do PDE



Desta forma, concluímos afirmativamente que existe um horizonte promissor e favorável, no que se referem às ações de políticas públicas nacionais para dar suporte à inserção da Linguagem Gráfica na formação do professor, mas é preciso a sensibilização de ambas as áreas e uma parceria efetiva entre design e educação para que esse quadro que hoje é favorável se transforme em ações concretas.

A intenção deste artigo consiste em abrir o campo para esta discussão, rumo a mapearmos ações práticas que possam contribuir com ambos os conhecimentos e por fim, articular o papel do professor frente aos conhecimentos de design.

ⁱ <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/oquee.html> (acessado 13/01/2009).

ⁱⁱ <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>

ⁱⁱⁱ <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/prodocencia.html#top>

^{iv} <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/incetivoadocencia.html#top>

^v <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/conted.html#top>

^{vi} <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/includigit.html#top>

^{vii} <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/tecnologias.html#top>

^{viii} <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/uab.html#top>

Referências Bibliográficas

BRASIL. (2000a). *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. (2000b). *Parâmetros curriculares nacionais: arte* / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. (2000c). *Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais* / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. (2000d). *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais e ética* / Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. (1999) *LDB – Lei de diretrizes e bases da educação: Lei n. 9.394/96* / apresentação de Ester Grossi. Rio de Janeiro: DP&A.

COUTINHO, Solange Galvão. (2007). *Ensina Design: uma introdução de conteúdos de design gráfico no currículo do ensino fundamental brasileiro*. Projeto de Pesquisa (2008-2011) submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

COUTINHO, Solange Galvão; FREIRE, Verônica Emília Campos. (2007). Design para Educação: uma avaliação do uso da imagem nos livros infantis de Língua Portuguesa. In: Cleomar Rocha (Org.), *Arte: limites e contaminações - Anais do 15º Encontro Nacional da ANPAP (2006)*. Salvador: ANPAP/UNIFACS, vol. II, pp. 245-254.

TWYMAN, Michael. L. (1979). A schema for the study of graphic language. In: *Processing of visible language*, editado por Paul A. Kolers, Merald E. Wrolstad & Herman Bouma. Nova York & Londres: Plenum Press, vol.1, pp. 117-150.

_____. (1985). Using pictorial language: a discussion of the dimensions. In: *Designing usable text*, editado por Thomas M. Duffy & Robert Waller. Orlando, Florida: Academic Press, pp. 245-312.

Notas sobre os autores

Maria Teresa Lopes

Graduada em Design Gráfico pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Design (UFPE). Atualmente exerce a Coordenação Executiva Geral de Cultura e é Diretora Substituta de Cultura na Fundação Joaquim Nabuco. Membro do grupo de pesquisa em Design da Informação (CNPq/UFPE). É professora da Faculdade AESO – Barros Melo e Maurício da Nassau onde leciona, Antropologia Visual, Design da Informação, Metodologia Visual e Teoria da cor. Membro da Sociedade Brasileira de Design da Informação; Membro do Conselho de Política Cultural do Recife (segmento: Design). Tem experiência na área de Design com ênfase em Design da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: linguagem gráfica, educação, web, moda e projeto editorial.

Solange Galvão Coutinho

Doutora em Typography & Graphic Communication - University of Reading (1998). Professora da Universidade Federal de Pernambuco (Adjunto II), Bolsista de Produtividade CNPq (PQ2), Pesquisadora do CRICC - Centre de Recherche Image, Culture et Cognition da Paris 1 - Pantheon Sorbonne; Membro do Comitê Científico do Archives George Henry Luquet, França; Líder do Grupo de Pesquisa em Design da Informação e Pró-Reitora de Extensão da UFPE. Tem experiência na área de Design, atuando principalmente nos seguintes temas: design da informação, linguagem gráfica, memória gráfica, design para educação, artefatos educacionais e projeto editorial.